

HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES

**IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PARA A QUALIFICAÇÃO DO
USO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO HOSPITALAR,
TENDO COMO EIXOS NORTEADORES A INTEGRALIDADE
DO CUIDADO E O REFERENCIAMENTO DO PACIENTE
NA REDE**

Josiane Moreira da Costa

Isabela Vaz Leite Pinto

Eliane Rezende de Moraes Peixoto

Glaucia Carvalho Silveira

Iaponira Emery

Belo Horizonte

2010

Josiane Moreira da Costa
Isabela Vaz Leite Pinto
Eliane Rezende de Moraes Peixoto
Glaucia Carvalho Silveira
Iaponira Emery

**IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PARA A QUALIFICAÇÃO DO
USO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO HOSPITALAR,
TENDO COMO EIXOS NORTEADORES A INTEGRALIDADE
DO CUIDADO E O REFERENCIAMENTO DO PACIENTE
NA REDE**

Trabalho desenvolvido pela Equipe de
Farmácia Hospitalar do Hospital Risoleta
Tolentino Neves, e apresentado no
II Prêmio Nacional de Incentivo ao Uso
Racional de Medicamentos do Ministério
da Saúde

Belo Horizonte
2010

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Classificação dos problemas identificados relacionados a medicamentos.	15
Gráfico 2: Intervenções farmacêuticas realizadas.	16
Gráfico 3: Intervenções que apresentaram impacto clínico para os pacientes, em porcentagem.	17
Gráfico 4: Intervenções farmacêuticas realizadas no ambiente hospitalar.	19
Gráfico 5: Classes farmacológicas mais prescritas na alta hospitalar.	19
Gráfico 6: Intervenções farmacêuticas realizadas no âmbito domiciliar (em porcentagem).	20
Gráfico 7: Porcentagem de medicamentos prescritos fornecidos pelo SUS nos momentos pré e pós-intervenção farmacêutica.	21
Gráfico 8: Porcentagem de medicamentos prescritos fornecidos pelo SUS por cidade dos pacientes.	22

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA E APLICABILIDADE NO SUS	4
1 INTRODUÇÃO	5
2 OBJETIVO	10
2.1 Objetivos Específicos	10
3 METODOLOGIA	11
3.1 Orientação Pós-Alta Hospitalar (OPAH)	13
4 RESULTADOS.....	15
4.1 Acompanhamento Farmacoterapêutico	15
4.2 Orientação Pós Alta Hospitalar	18
5 CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS.....	24
APÊNDICES	26
ANEXOS	35

JUSTIFICATIVA E APLICABILIDADE NO SUS

Ao considerar os diversos caminhos percorridos pelo paciente nos diferentes serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), identificam-se mudanças consideráveis na farmacoterapia do paciente ao mudar de “estação de cuidado”. É sabido, por exemplo, que um usuário da atenção básica, ao ser atendido nos níveis secundários e terciários de atenção devido a um agravamento no seu estado de saúde, provavelmente utilizará medicamentos diferentes daqueles usados na atenção básica. Wachter (2010) relata que os principais erros que envolvem a transferência de pacientes ocorrem quando estes se movem de lugar para lugar, dentro de um sistema de saúde, e quando um paciente é atendido por diversos profissionais em um mesmo local.

Em relação ao atendimento hospitalar, devido à existência da polifarmácia, da complexidade clínica dos pacientes atendidos e a um considerável número de intervenções realizadas por diferentes profissionais de saúde em um mesmo paciente, consideram-se importantes as ações que envolvam o uso racional de medicamentos nesse âmbito.

Além disso, muitas vezes os processos de referência e contrarreferência não ocorrem como preconizados pelo SUS, o que contribui para a ocorrência de erros na farmacoterapia dos pacientes no momento pós-alta hospitalar. Isso pode ocasionar, devido a reações adversas não identificadas, problemas de saúde temporariamente não tratados e a não adesão ao uso de medicamentos pelo paciente, dentre outros. Esses fatores podem gerar aumento no número de "reinternações" e maior procura pelos serviços de saúde. Desse modo, ações que envolvam o uso racional de medicamentos nos períodos pré e pós-internação hospitalar são consideradas de importância para a saúde pública e, mais precisamente, para o SUS.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Política Nacional de Medicamentos (Portaria GM n° 3916/98), a Assistência Farmacêutica é um grupo de atividades que envolvem o abastecimento de medicamentos em todas e em cada uma de suas etapas constitutivas, a conservação e o controle de qualidade, a segurança e a eficácia terapêuticas, o acompanhamento e a avaliação da utilização, a educação permanente dos profissionais de saúde, do paciente e da comunidade para assegurar o uso racional de medicamentos. Essa área compõe um dos diversos programas do sistema de planejamento em saúde e passou por várias reformulações nos últimos anos.

O farmacêutico hoje é um profissional essencialmente tecnicista e sua formação clínica é quase inexistente. Desse modo, apesar de as mudanças ocorridas nas últimas décadas no setor farmacêutico terem contribuído para a melhoria do acesso e distribuição dos medicamentos, a Assistência Farmacêutica no SUS não consegue contribuir de maneira incisiva para o uso racional de medicamentos em diferentes contextos (PEREIRA, 2006). Conforme o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS),

(...) apesar dos avanços alcançados, grandes são os desafios que se impõem na gestão da Assistência Farmacêutica no SUS, tema esse sempre presente nas discussões dos Secretários Estaduais de Saúde e acompanhado de forma permanente pelo CONASS, com destaque para o Programa de Medicamentos de Dispensação Excepcional, cujo gerenciamento está sob a responsabilidade dos gestores estaduais. (CONASS, p. 11).

Entre os desafios vivenciados pela gestão da Assistência Farmacêutica, está a garantia de uma inserção interdisciplinar dessa política, o que está contemplado nas diretrizes da Política Nacional de Medicamentos e é considerado um fator de destaque para a promoção do uso racional de medicamentos.

(...) a visão interdisciplinar deve permitir-nos entender que vivemos numa sociedade complexa, governada por um sistema econômico fundamentado nos projetos de consumo e lucro, e que é próprio do modo moderno de viver um acúmulo crescente no que diz respeito à recepção e à manipulação de bens e mensagens, de forma que a realidade contemporânea da sociedade de consumo é incessantemente recriada. (SEVALHO, 2003, p.7)

O autor afirma que o medicamento se torna um objeto híbrido, sendo utilizado não somente como ferramenta terapêutica, mas também como objeto de consumo em uma sociedade capitalista.

Desenvolver atividade em prol do uso racional de medicamentos envolve estar atento para as diversas vertentes da Assistência Farmacêutica e para o “papel social” que o medicamento representa na subjetividade dos que o utilizam.

No âmbito hospitalar, a definição de Assistência Farmacêutica não foge à regra, o que compreende as etapas desde o abastecimento e monitoramento do estoque até atividades diretamente ligadas à assistência, como análise técnica de prescrições e intervenções farmacoterapêuticas. Conforme afirma Santos (2006), o farmacêutico hospitalar possui inúmeras atribuições, tendo que assumir funções relacionadas à gestão do estoque de medicamentos, assim como atividades clínicas, ligadas ao paciente.

Embora sejam formulados para prevenir, aliviar e curar enfermidades, os produtos farmacêuticos podem produzir efeitos indesejáveis, maléficos e danosos. Segundo ANVISA e OPAS (2005), a farmacovigilância é uma atividade que envolve ações de detecção, avaliação, compreensão e prevenção de efeitos adversos ou outros problemas relacionados a medicamentos.

Ainda na atuação hospitalar, o farmacêutico se depara, além das premissas da Assistência Farmacêutica, com os interesses que direcionam a atuação desse profissional para a redução de gastos, pois os medicamentos fazem parte de um valor considerável do custo hospitalar. O que se verifica, então, é um profissional que possui diferentes vertentes de atuação e que pode contribuir de maneira considerável para o uso racional dos medicamentos. Tanto as atividades administrativas como aquelas diretamente voltadas para o cuidado são vistas como de grande importância para os pacientes e para a área financeira das instituições hospitalares. Desse modo, como a farmácia é um setor do hospital que necessita de elevados valores orçamentários, as atividades clínico-assistenciais do farmacêutico são importantes para a racionalização dos custos (GOMES *et al.*, 2001).

Durante muitos anos, o hospital se apresentou como um espaço de intervenção pontual na saúde das pessoas, sem vínculo com os demais níveis de atenção. Nos tempos atuais, as instituições hospitalares necessitam utilizar novas ferramentas, como as denominadas “tecnologias leves”, que contribuem para os processos de humanização. Essas instituições se encontram hoje inseridas em uma rede de cuidados, que possui o sujeito como centro de suas ações. Marin (2002) também relata que o hospital tem passado por algumas mudanças e novas propostas, por exemplo, ações voltadas para o incentivo à desospitalização.

Atualmente, no contexto da Assistência Farmacêutica no Brasil, existem diferentes programas que respondem pela distribuição de medicamentos, além de serem diversos os profissionais que se envolvem em programas e projetos de orientação e acompanhamento dos tratamentos farmacológicos. Além disso, é importante ressaltar que nem todas as prescrições realizadas dentro dos diferentes serviços do Sistema Único de Saúde contemplam somente os medicamentos dispensados gratuitamente. Ao passar por diferentes “estações” da rede de cuidado, o usuário utiliza diferentes sistemas de distribuição de medicamentos, vindo a se submeter a diferentes formas de acesso. Conseguir se adaptar a esse processo muitas vezes não é uma tarefa fácil.

O que se assume, nesse contexto, é a existência de um processo em construção em saúde, em que profissionais e usuários estabelecem novos vínculos e participam de uma construção de conceitos em comum. O que permeia essa relação é a lógica da integralidade do cuidado, que, como constatado por Cunha (2007), mesmo não apresentando um domínio teórico sobre o tema, os profissionais de saúde reconhecem a integralidade na vivência das práticas diárias.

O cenário no qual a presente experiência se realiza é um hospital de ensino de grande porte, que possui cem por cento dos serviços oferecidos financiados pelo SUS. Na vivência profissional de uma equipe de farmacêuticos hospitalares dessa instituição, verificou-se que, apesar da implantação de processos para a melhoria da assistência farmacêutica nessa instituição, os mesmos não eram suficientes para garantir o uso racional de medicamentos na instituição. O maior “incômodo” vivenciado pela equipe de farmacêuticos consistia na identificação do grande

número de medicamentos utilizados pelo paciente durante a internação hospitalar, o que representa um considerável impacto financeiro no financiamento do SUS, e que, muitas vezes, não apresentavam indicação e efetividade em relação aos problemas de saúde para os quais eram utilizados, associado à ocorrência da alta hospitalar sem o fornecimento de uma orientação formal ao paciente sobre o uso de medicamentos no âmbito domiciliar.

Desse modo, foi identificada a necessidade de uma responsabilização do profissional farmacêutico sobre o cuidado de pacientes em uso de medicamentos no âmbito hospitalar, associado à orientação acerca do uso de medicamentos no momento pós-alta. Verificou-se, também, que essa responsabilização deveria ocorrer tendo como eixos norteadores a integralidade do cuidado e o referenciamento do paciente na rede.

Integralidade do cuidado entende-se como

um princípio fundamental do SUS e que garante ao usuário uma atenção que abrange as ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com garantia de acesso a todos os níveis de complexidade do Sistema de Saúde. A integralidade também pressupõe a atenção focada no indivíduo, na família e na comunidade (inserção social) e não num recorte de ações ou enfermidades. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009)

Tendo a integralidade como pressuposto norteador, verificou-se que a promoção do uso racional de medicamentos no âmbito hospitalar abrange um olhar holístico sobre o paciente. Isso envolve não somente uma maior responsabilização do profissional farmacêutico sobre os medicamentos em uso, mas também ações que possam contribuir para o desenvolvimento da autonomia do usuário durante o seu percurso pelas diferentes “estações de cuidado”.

Desse modo, optou-se pela implantação do Projeto para a Qualificação do Uso de Medicamentos no âmbito hospitalar, tendo como eixos norteadores a integralidade do cuidado e o referenciamento do paciente na rede. Esse projeto teve início em janeiro de 2009, com a implantação do Acompanhamento Farmacoterapêutico aos pacientes internados, e teve como fase posterior a implantação da Orientação de Pacientes no momento pós-alta hospitalar, no final de março de 2010.

A implantação do acompanhamento farmacoterapêutico aos pacientes internados, baseia-se na prática da Atenção Farmacêutica. Em relação a essa prática, ela está inserida na Assistência Farmacêutica e “é uma prática centrada no paciente que tem como objetivo primário detectar, prevenir e resolver os problemas relacionados ao uso de medicamentos (PRM), antes que eles levem à morbidade e mortalidade.” (RAMALHO DE OLIVEIRA, 2003, p. 1). Essa prática, definida como “a prática na qual o profissional responsabiliza-se pelas necessidades relacionadas a medicamentos do paciente e responde por esse compromisso” (CIPOLLE; STRAND; MORLEY, 1998, p. 13) envolve grandes mudanças de filosofia profissional, de comportamento, de conceitos e emocionais.

LYRA JÚNIOR (2005, p.35) relata que a compreensão da filosofia da Atenfar se reflete na verdadeira mudança de comportamento do profissional, de como ele passa a ter “um olhar diferenciado” do tradicional, colocando o ser humano como o verdadeiro objetivo de suas ações. Mas ele percebe que a Atenfar permite que se descubra um “outro olhar” sobre os pacientes. A incorporação da filosofia da Atenfar os leva a ver não apenas um usuário de medicamento, mas “um ser, com suas expectativas e suas ansiedades”. (PEREIRA, 2006)

Entende-se, então, que essa prática contempla as propostas do SUS e serve como ferramenta de institucionalização do cuidado farmacoterapêutico no âmbito hospitalar.

2 OBJETIVO

Implantar o Projeto para a Qualificação do Uso de Medicamentos no âmbito hospitalar, tendo como eixos norteadores a integralidade do cuidado e o referenciamento do paciente na rede.

2.1 Objetivos Específicos

Implantar o Serviço de Acompanhamento Farmacoterapêutico, para identificar, prevenir e solucionar problemas relacionados ao uso de medicamentos durante a internação hospitalar.

Implantar a Orientação Pós-Alta Hospitalar, para garantir a continuidade da farmacoterapia dos pacientes durante o processo de referenciamento dos mesmos na rede de cuidados.

3 METODOLOGIA

Em relação à implantação do Acompanhamento Farmacoterapêutico, esse consistiu de contratação de um farmacêutico bolsista com dedicação de 20 horas semanais, levantamento bibliográfico sobre a prática da Atenção Farmacêutica, definição do espaço físico para realização do serviço, elaboração das fichas de acompanhamento, divulgação do serviço ao corpo clínico da instituição, seguido de captação dos pacientes e início do acompanhamento.

Para direcionar a captação de pacientes, optou-se pelas fichas de notificações voluntárias encaminhadas ao Serviço de Farmacovigilância e/ou busca ativa de suspeita de reações adversas ou desvio de qualidade dos medicamentos (APÊNDICE A). Após o recebimento da ficha de notificação preenchida, o farmacêutico realiza uma análise técnica da mesma e encaminha o paciente para o Acompanhamento Farmacoterapêutico. O acompanhamento de cada paciente ocorre em três fases cíclicas, que envolvem avaliação inicial; análise da farmacoterapia e realização de intervenções, seguidas da evolução farmacoterapêutica.

A avaliação inicial consiste no primeiro encontro do paciente com o profissional farmacêutico, quando são coletados os dados demográficos do paciente, assim como a sua experiência com medicamentos (o que ele espera do tratamento, grau de entendimento, preocupações sobre a farmacoterapia, preferências, atitudes, crenças, informação cultural), história de alergias, história médica pregressa, hábitos de vida (tabagismo, alcoolismo, consumo de café, chás) e os medicamentos que o paciente já utilizou e os que ainda utiliza. Nesta fase é muito importante conhecer o que o paciente acredita sobre os seus medicamentos (se ele sabe qual a finalidade dos medicamentos, se acha que os medicamentos fazem efeito, como ele utiliza os medicamentos e quais as suas principais dificuldades em relação à farmacoterapia). No ambiente hospitalar, essa fase é realizada no leito do paciente e, em caso de impossibilidade de fala, a abordagem é realizada com o cuidador do paciente.

Na elaboração do Plano de Cuidado, o farmacêutico elabora um plano para cada problema de saúde do paciente, de acordo com as necessidades identificadas na avaliação inicial, e identifica o objetivo terapêutico (qual é o objetivo do uso dos medicamentos, aonde se quer chegar). Avalia se os medicamentos utilizados são indicados para aquele problema de saúde, se são efetivos para o tratamento daquele paciente e se são seguros para ele. A partir desse raciocínio, o farmacêutico identifica os problemas existentes na farmacoterapia e elabora intervenções e um prazo para avaliá-las. Existe uma classificação para os Problemas Relacionados ao Uso de Medicamentos (PRM), sendo que esses estão envolvidos com a indicação, efetividade, segurança e cumprimento da farmacoterapia.

Podem-se citar como exemplos de intervenções, as estratégias de educação em saúde com o paciente, e a comunicação com os médicos e enfermagem com o objetivo de propor mudanças na farmacoterapia do paciente. Um plano de cuidado é desenvolvido para cada problema de saúde do paciente. Dentro desse contexto, muitas vezes foi necessária a realização de intervenções multiprofissionais, tendo havido, por exemplo, solicitação de intervenção da fonoaudiologia para a utilização de medicamento no teste de deglutição do paciente. Nesse caso, o intuito foi promover uma melhor adaptação e autonomia do paciente em relação ao uso dos medicamentos no ambiente hospitalar.

A avaliação dos resultados é realizada em todos os encontros que sucederem à elaboração do plano de cuidado, a fim de verificar se as metas foram atingidas. Novos PRM podem ser identificados e, a partir dessa avaliação, um novo Plano de Cuidado será elaborado. (PEREIRA *et al.*, 2005).

O registro do acompanhamento é realizado em fichas específicas, que foram construídas pela equipe de farmacêuticos da instituição (APÊNDICE B). Para realização do acompanhamento foi contratado um farmacêutico bolsista com dedicação de 20 horas semanais. Os pacientes inseridos nesse serviço foram acompanhados até o momento da alta hospitalar e todas as ações do farmacêutico foram realizadas com enfoque nas necessidades específicas de cada paciente

acompanhado e no desenvolvimento da autonomia do mesmo em relação ao uso de medicamentos.

3.1 Orientação Pós-Alta Hospitalar (OPAH)

Em relação à OPAH, a sua implantação decorreu da identificação da necessidade de dar continuidade aos cuidados farmacoterapêuticos no momento pós-alta hospitalar. Apesar da existência de Programas de Assistência Farmacêutica que contemplem o fornecimento e estímulo ao uso racional de medicamentos nos âmbitos da Atenção Básica, Ambulatorial e Hospitalar, não é frequente a ocorrência do referenciamento formal do paciente ao passar de um determinado nível de atenção para outro. É importante também ressaltar que essas mudanças de níveis estão, na maioria das vezes, associadas a mudanças nos tipos de medicamentos em uso, na forma de obtenção, administração e na resolutividade dos mesmos.

Como a OPAH exige menor tempo de trabalho do farmacêutico, quando comparado ao Acompanhamento Farmacoterapêutico, não somente os pacientes que participaram desse acompanhamento, mas também outros com necessidades de orientação no momento pós-alta são encaminhados ao OPAH. São aqueles pacientes que receberam alta hospitalar com recomendação de uso de medicamentos no âmbito domiciliar. A OPAH consiste em identificar se os medicamentos prescritos são diferentes dos utilizados pelo paciente no período que antecede a internação; se os medicamentos são fornecidos pela Unidade Básica de Saúde em que o paciente é atendido; se o paciente entende o motivo do uso e a forma de administração, e quais são as possíveis reações adversas que o paciente poderá apresentar. Se necessário, são realizadas intervenções farmacêuticas junto ao corpo clínico do hospital, com o objetivo de contribuir para o uso racional dos medicamentos no âmbito domiciliar. Como exemplo dessas intervenções, tem-se a solicitação de mudança na prescrição médica com o objetivo de contemplar os medicamentos fornecidos no SUS, e a orientação ao corpo clínico sobre procedimentos para adquirir medicamentos no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde, conforme necessidades.

Para a orientação do paciente no momento pós-alta, antecipadamente é preenchida a Ficha de Orientação Pós-Alta (APÊNDICE C), com o objetivo de facilitar a identificação das principais necessidades do paciente em relação ao uso de medicamentos.

Quando são identificadas dificuldades socioeconômicas, o médico responsável pelo cuidado desse paciente realiza a solicitação da liberação do medicamento para uso domiciliar (APÊNDICE D), após parecer do Serviço Social sobre a disponibilidade do medicamento no centro de saúde de referência do paciente e aprovação pela diretoria do hospital. No OPAH, entende-se por dificuldades socioeconômicas do paciente: indisponibilidade do medicamento na Unidade Básica de Saúde de Referência, impossibilidade financeira de adquirir os medicamentos em farmácias comerciais, e outras situações que dificultem a aquisição dos medicamentos no âmbito domiciliar. É importante ressaltar que nem todos os pacientes orientados no OPAH recebem medicamentos para uso domiciliar.

No momento da orientação, são utilizados informativos impressos (APÊNDICE E) e outros materiais utilizados em orientações práticas que facilitem o entendimento do paciente sobre a utilização do medicamento (ANEXO A).

Cerca de uma semana a quinze dias após a alta hospitalar, o farmacêutico contata o paciente por telefone (ANEXO B) com o intuito de identificar possíveis problemas relacionados ao uso de medicamentos que comprometam a efetividade, segurança e adesão ao tratamento. Mediante existência ou probabilidade de haver problemas relacionados ao uso de medicamentos, são realizadas intervenções farmacêuticas.

Para o acompanhamento do paciente nessa fase, é utilizada uma planilha específica para o registro das evoluções (APÊNDICE F).

Para auxiliar o processo de tomada de decisão no momento da orientação pós-alta, foi construído um fluxograma específico (APÊNDICE G).

4 RESULTADOS

4.1 Acompanhamento Farmacoterapêutico

Em relação ao Acompanhamento Farmacoterapêutico, no período entre janeiro de 2009 a agosto de 2010, foram acompanhados 47 pacientes e identificados 68 Problemas Relacionados ao Uso de Medicamentos (PRM). Isso reflete uma média de 1,4 problema relacionado ao uso de medicamentos por paciente acompanhado, o que comprova a sua frequente ocorrência.

A média relativamente baixa de pacientes acompanhados por mês, provavelmente, está associada aos meses referentes às possíveis interrupções do contrato de estágio e/ou troca de farmacêutico bolsista (contrato semanal), o que acarreta falta de recursos humanos para atuar no acompanhamento farmacoterapêutico.

Do total de PRM identificados, 46 estavam relacionados à segurança dos pacientes, 17 à efetividade e 5 à indicação, como verificado no GRAF. 1, a seguir:

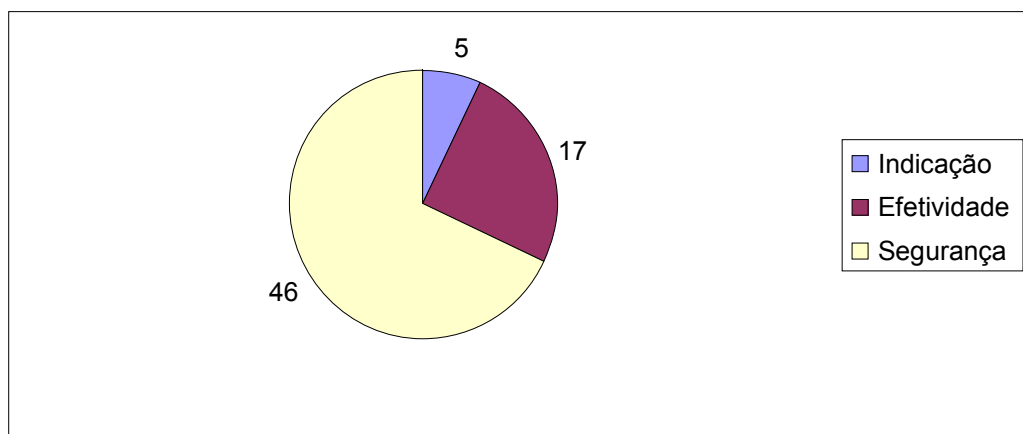


Gráfico 1: Classificação dos problemas identificados relacionados a medicamentos.

Esse resultado demonstra que, apesar de a maioria dos medicamentos terem sido bem indicados, os problemas relacionados à efetividade e segurança se mantiveram. Esse dado também demonstra a necessidade de existir um profissional que se responsabilize pelo acompanhamento do paciente durante o uso de

medicamentos. O maior índice de problemas de saúde relacionados à segurança pode estar associado ao fato de que o Serviço de Farmacovigilância é o principal veículo de encaminhamento dos pacientes para o Acompanhamento Farmacoterapêutico.

Em relação às Intervenções Farmacêuticas (IF), foram realizadas 45. Dessas, 27% estavam relacionadas à recomendação de suspensão do medicamento ou realização de exame para monitorização plasmática; 18% à recomendação de troca de fórmula farmacêutica; 11% à diminuição da dose; 11% à orientação à enfermagem quanto ao modo de administração; 9% ao aumento da dose e 9% à troca de forma farmacêutica. Também foram quantificadas: realização de educação em saúde para o paciente e/ou cuidador (9%); solicitação de encaminhamento do paciente a outro profissional de saúde (4%) e mudança no horário de administração (2%), conforme apresentado no GRAF. 2.

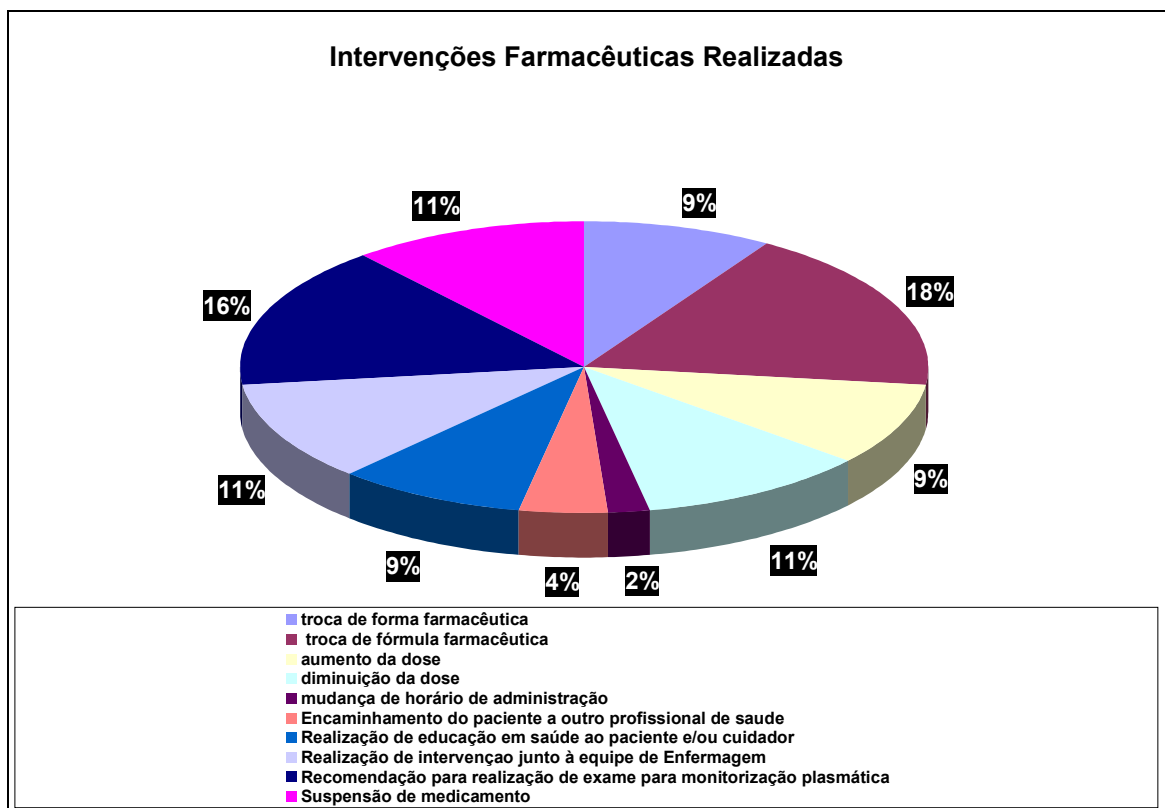


Gráfico 2: Intervenções farmacêuticas realizadas.

Em relação ao impacto clínico das intervenções farmacêuticas realizadas, 26 IF causaram impacto clínico positivo para os pacientes, sendo que 10 (38,5%) se

relacionaram à segurança (a intervenção evitou o aparecimento de problemas de segurança); 3 (11,53%) à indicação (a intervenção evitou o uso desnecessário do medicamento); 9 (34,6%) à efetividade (a intervenção foi essencial para evitar piora clínica do paciente devido a problemas de efetividade), e 4 (15,37%) ao cumprimento (a intervenção evitou piora clínica do paciente devido à não aceitação do mesmo em utilizar o medicamento), que estão especificados a seguir:

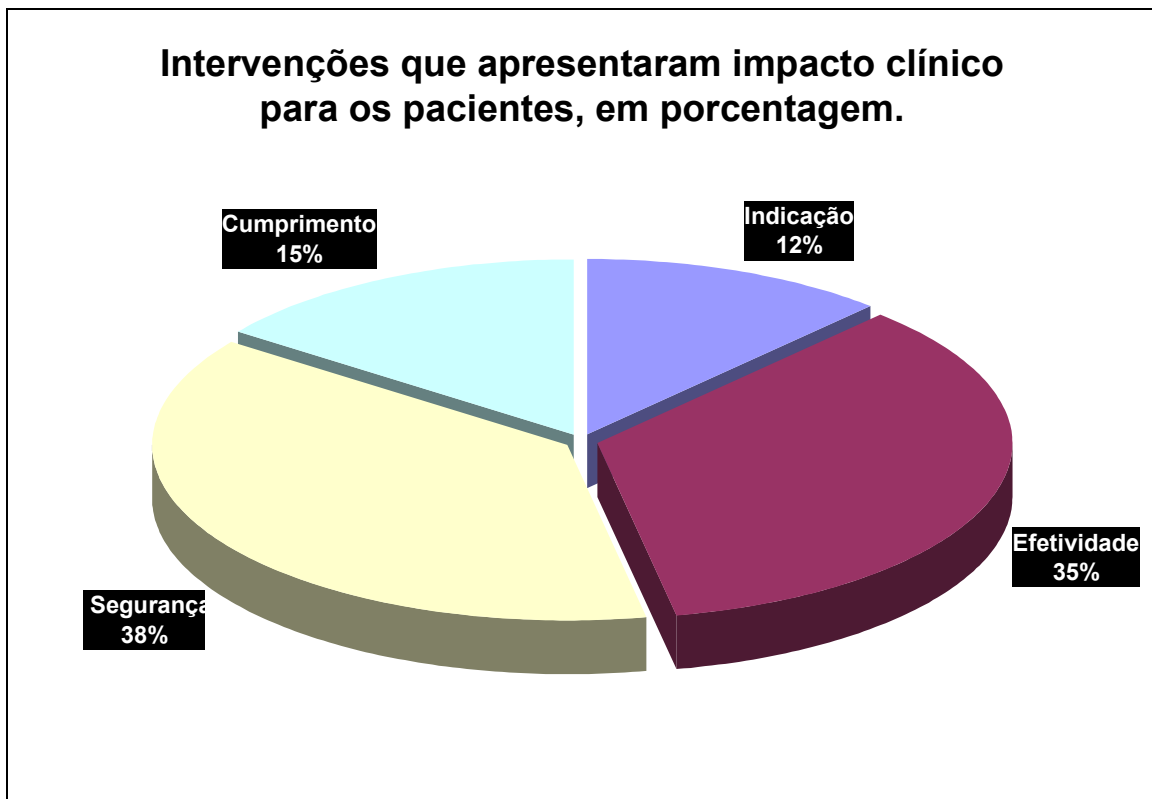


Gráfico 3: Intervenções que apresentaram impacto clínico para os pacientes, em porcentagem.

Para a identificação do impacto clínico positivo das intervenções farmacêuticas, foram verificados melhora ou progresso nos parâmetros de indicação, efetividade e segurança após a realização da intervenção farmacêutica. É importante ressaltar que para que uma intervenção ocasione impacto clínico positivo, a sua aceitabilidade pelo corpo clínico é uma premissa.

Os resultados referentes ao número de pacientes acompanhados no período selecionado poderiam ser intensificados caso o serviço adotasse uma metodologia de acompanhamento dos pacientes menos abrangente. Porém, as intervenções realizadas demonstram a participação do profissional farmacêutico em ações

preventivas e relacionadas à integralidade do cuidado no âmbito hospitalar, o que contribui para a melhora da farmacoterapia do paciente. Esses dados demonstram a importância de realizar análise farmacoterapêutica não somente dos medicamentos relacionados à RAM, mas de toda a farmacoterapia prescrita.

A partir de alguns PRMs identificados durante o AF, foram planejadas e implantadas “grandes ações”, com o intuito de prevenir a ocorrência de novos problemas no âmbito de toda a instituição. No total foram realizadas três “grandes ações”:

1. Pesquisa bibliográfica de doses máximas diárias recomendadas dos medicamentos antimicrobianos padronizados na instituição; elaboração e fixação de etiquetas informativas nos bins dos medicamentos. O intuito foi orientar os funcionários da farmácia a detectarem erros de prescrição referentes às altas doses e evitarem a consequente dispensação de medicamentos em altas doses.
2. Pesquisa bibliográfica dos medicamentos mais prescritos na maternidade e associação destes com o risco de uso durante a gestação. Após essa identificação, foi elaborada uma tabela informativa ao corpo clínico da instituição.
3. Pesquisa bibliográfica dos medicamentos mais prescritos na maternidade e associação destes com o risco de uso durante a lactação, seguida de divulgação de informação ao corpo clínico.

4.2 Orientação Pós Alta Hospitalar

Em relação à OPAH, foram orientados 63 pacientes com idade média de 53 anos e realizadas 142 intervenções farmacêuticas. Dessas, 78 ocorreram no ambiente hospitalar e 64 por meio de contato telefônico. Das IF que ocorreram no ambiente hospitalar, 59 estavam relacionadas à adesão; 14 ao acesso; 3 à efetividade e 2 a necessidades não farmacológicas.

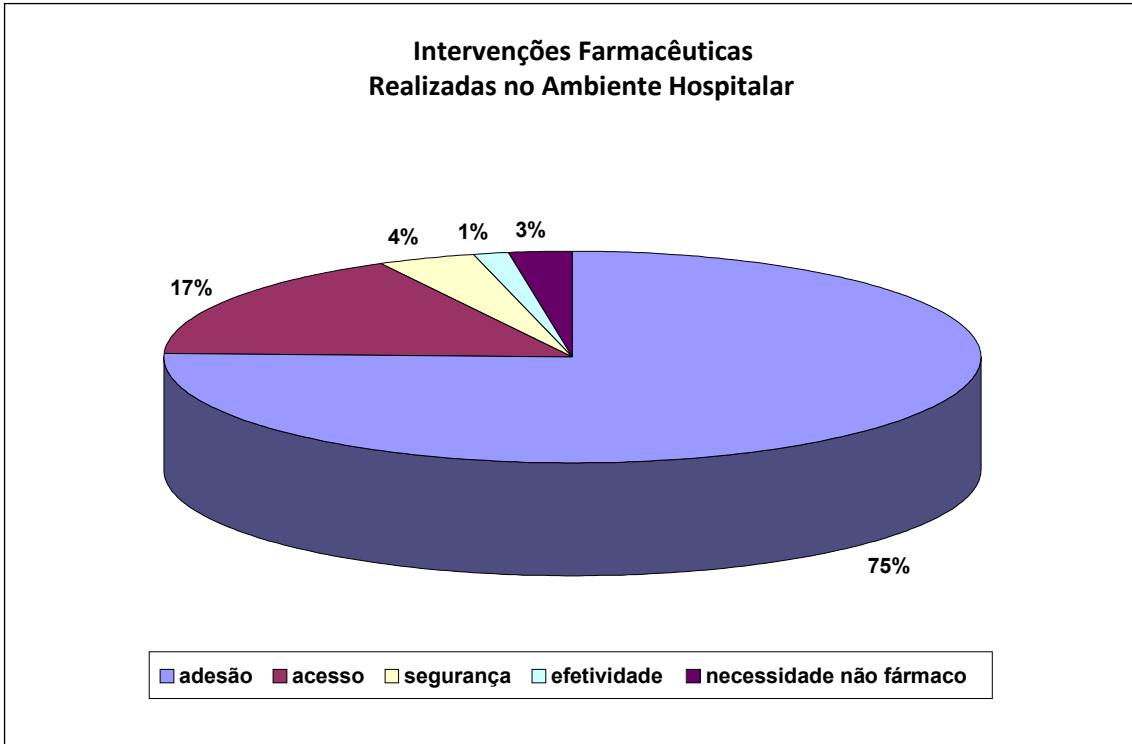


Gráfico 4: Intervenções farmacêuticas realizadas no ambiente hospitalar.

No GRAF. 5, a seguir, estão especificadas as principais classes farmacológicas prescritas no momento da alta:

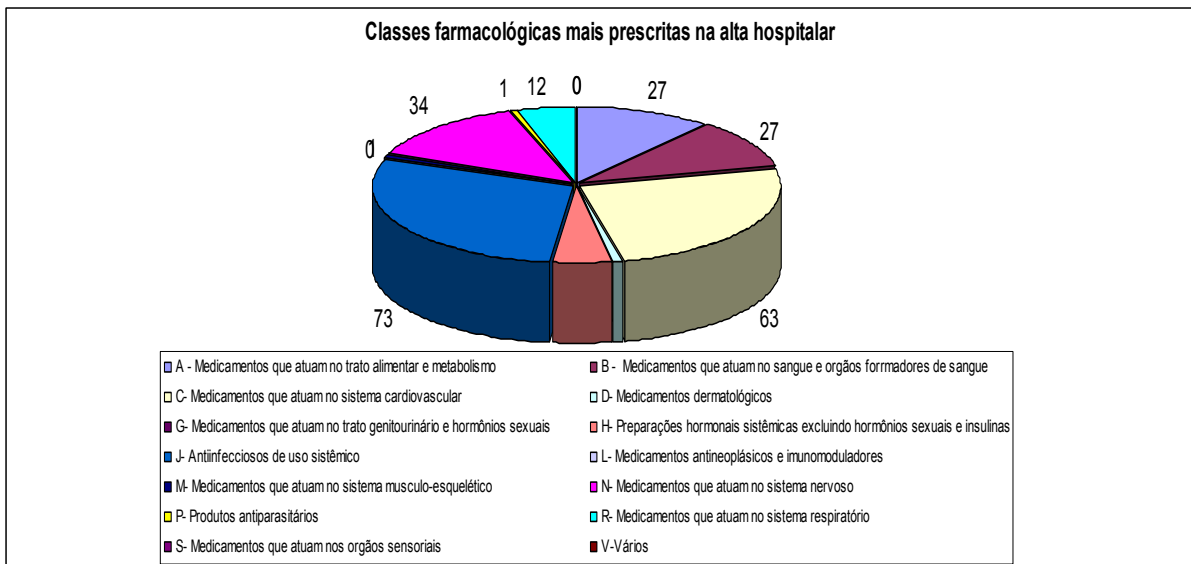


Gráfico 5: Classes farmacológicas mais prescritas na alta hospitalar.

O número médio de medicamentos prescritos por paciente foi 4, e em relação a 40 pacientes (63,5%), foi possível identificar os medicamentos utilizados no período

pré-internação. Ao comparar as prescrições desse período com as do momento pós-alta, 95,23% apresentaram discrepâncias. Isso demonstra que o processo de orientação ao paciente em relação às modificações ocorridas na farmacoterapia após a internação hospitalar é uma necessidade. A análise dos dados da OPAH são referentes ao período de janeiro a agosto de 2010. Já em relação às intervenções realizadas por contato telefônico, 29 estavam relacionadas à orientação para o paciente procurar um serviço de saúde (devido ao relato de possível necessidade de farmacoterapia adicional ou necessidade de avaliação do problema de saúde); 15 ao acesso (orientações sobre como adquirir o medicamento); 10 à adesão (paciente relata não utilizar corretamente ou possui dúvidas em relação interrupção do tratamento); 5 à segurança (paciente apresenta dúvida em relação à segurança ou apresenta suspeita de reações adversas); 3 à efetividade (paciente apresenta dúvidas em relação à efetividade do medicamento) e 2 à indicação (paciente apresenta dúvidas em relação à indicação), conforme verificado no GRAF. 6, a seguir:

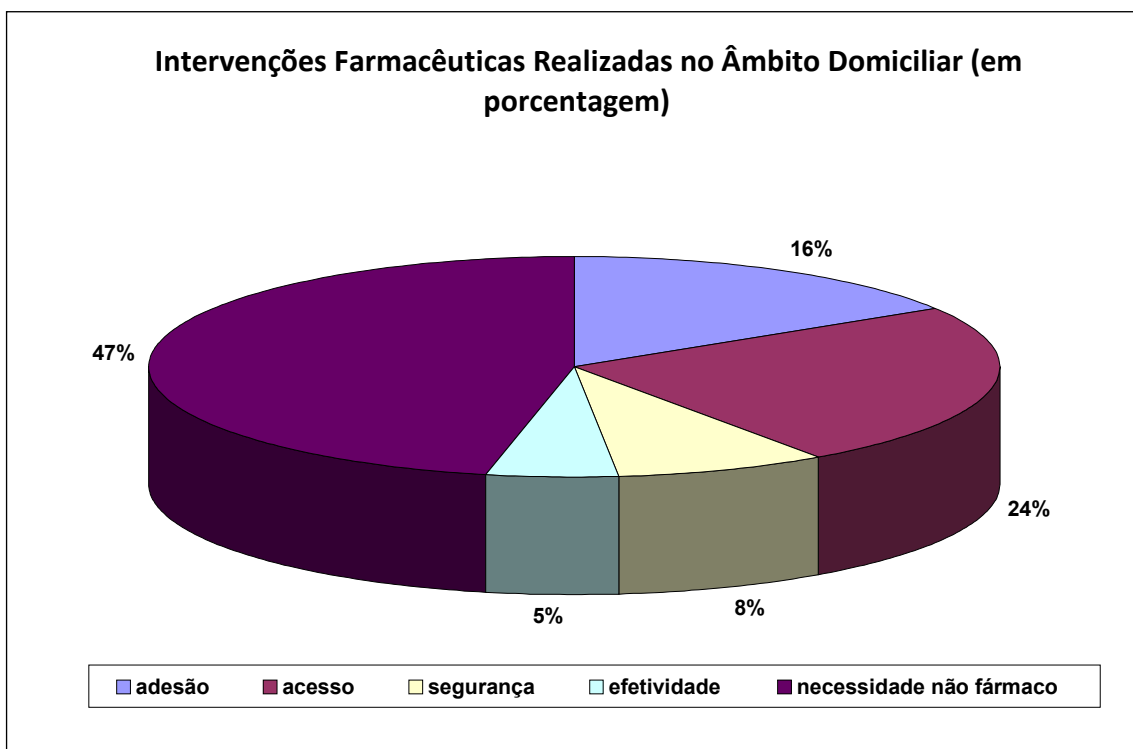


Gráfico 6: Intervenções farmacêuticas realizadas no âmbito domiciliar (em porcentagem).

Verificou-se, também, um aumento significativo da adequação dos medicamentos prescritos em relação às REMUMEs dos municípios em que residiam os pacientes

acompanhados, após a realização das intervenções farmacêuticas, como verificado a seguir, no GRAF. 7:

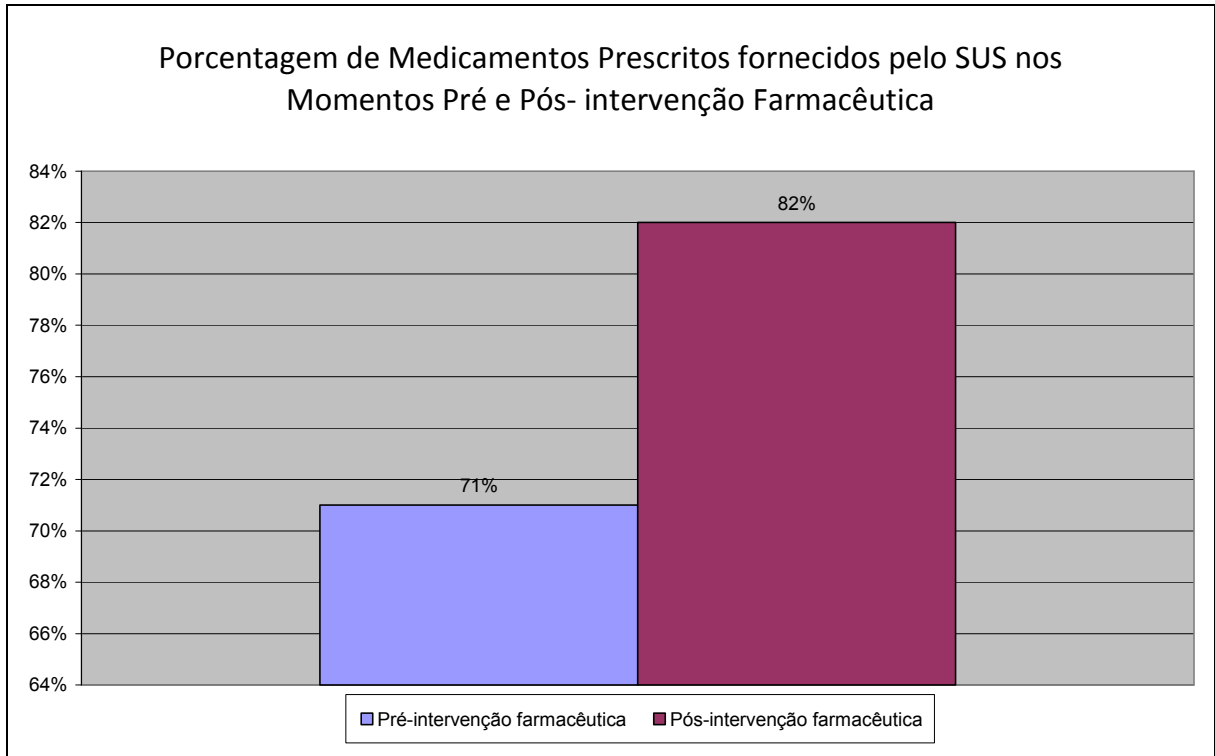


Gráfico 7: Porcentagem de medicamentos prescritos fornecidos pelo SUS nos momentos pré e pós-intervenção farmacêutica.

Esse dado demonstra que as ações devem envolver não só o uso racional como também a educação em saúde e acompanhamento farmacoterapêutico, além de intervenções que estimulem o acesso.

Percebe-se, também, que a integralidade do cuidado e o referenciamento do paciente na rede são fatores fundamentais para o uso racional de medicamentos. Quando bem articuladas, essas ações propiciam a continuidade do tratamento farmacoterapêutico.

Após a realização das intervenções, verificou-se que uma porcentagem significativa dos medicamentos prescritos não está inserida nas REMUMEs dos pacientes orientados no /OPAH, como no GRAF.8, a seguir:

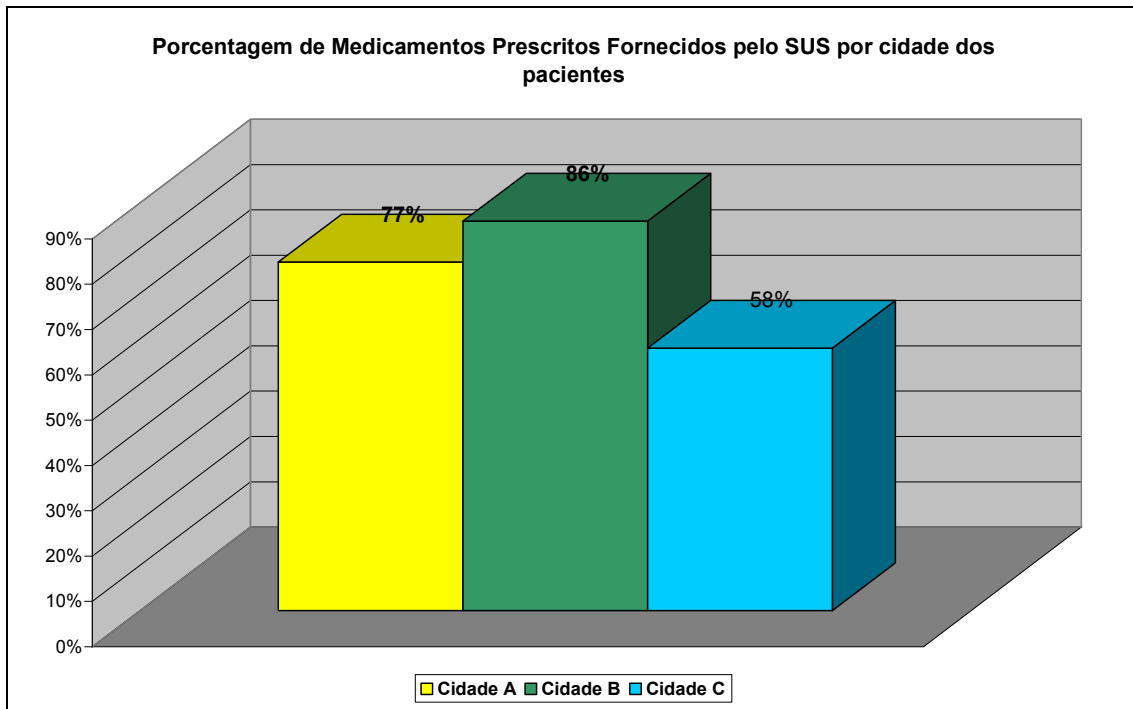


Gráfico 8: Porcentagem de medicamentos prescritos fornecidos pelo SUS por cidade dos pacientes.

Isso demonstra a necessidade do fortalecimento da articulação em rede.

5 CONCLUSÃO

Os impactos clínicos positivos das intervenções farmacêuticas, verificados na farmacoterapia do paciente, demonstram a importância de práticas que envolvam o uso racional de medicamentos no ambiente hospitalar. Ao se considerar as intervenções realizadas no Acompanhamento Farmacoterapêutico e compará-las com as da orientação pós-alta, verifica-se que o acompanhamento farmacoterapêutico não diminui a necessidade da orientação pós-alta. Essas ações comprovam a necessidade de se realizar não somente o acompanhamento farmacoterapêutico no período da internação, mas também a orientação do paciente no momento em que ele muda de serviço de saúde.

Os resultados dessas ações repercutem na solução de problemas relacionados a medicamentos durante a internação, além da prevenção de agravos oriundos de interrupção do tratamento farmacológico, uso inadequado do fármaco e ocorrência de reações adversas no momento pós-alta hospitalar. Ao se considerar as informações referentes ao acesso a medicamentos, verifica-se que o contato telefônico exige um maior conhecimento do profissional em relação aos demais serviços de assistência farmacêutica disponíveis no SUS, o que contribui para a garantia do cuidado integral da farmacoterapia do paciente.

A necessidade de novas orientações em relação à segurança e à efetividade no momento do contato telefônico reforçam a afirmação de que o paciente pode apresentar problemas em relação à farmacoterapia no momento de transição pelo serviço de saúde, e que esse momento exige cuidados

O Projeto para a Qualificação do Uso de Medicamentos no âmbito hospitalar garante a integralidade do cuidado farmacoterapêutico do paciente ao promover ações de uso racional dos medicamentos não somente no período de internação, mas também nos momentos pós-internação hospitalar, o que contribui para a continuidade do tratamento nos níveis de atenção primária e secundária.

REFERÊNCIAS

CIPOLLE, R. J.; STRAND, L. M.; MORLEY, P.C. *Pharmaceutical care practice*. New York; McGraw – Hill, 1998.

CONASS. Resolução n. 388, maio de 2004.

CUNHA, G. R. Integralidade da atenção na assistência hospitalar: um estudo com profissionais que participam do atendimento ao usuário. *Escola de Enfermagem da UFMG*. 2007.

GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. *Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar*. São Paulo, Atheneu, 2001: 558 p.

LYRA JÚNIOR, D. P. *Impacto de um programa de Atenção Farmacêutica nos resultados clínicos e humanísticos de um grupo de idosos assistidos na Unidade Básica Distrital de Saúde*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado defendida em 2005.

MARIN, M. J. S.; ANGERAMI, E. L. S. Caracterização de um grupo de idosas hospitalizadas e seus cuidadores visando ao cuidado pós-alta hospitalar. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. vol.36, n.1. São Paulo, mar., 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *SUS DE A a Z. Garantindo Saúde nos Municípios*. 3.ed. Brasília DF, 2009.

OLIVEIRA, R. D. *Pharmaceutical care uncovered: an ethnographic study of pharmaceutical care practice*. Ph. D. Thesis. Minneapolis: University of Minnesota, 2003.

ORGANIZAÇÃO Pan Americana de Saúde/ Organização Mundial de Saúde. *Segurança de Medicamentos: um Guia para Detectar e Notificar Reações Adversas a Medicamentos*. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br>

PEREIRA, Mariana Linhares; OLIVEIRA, Djenane Ramalho de; COSTA, Josiane Moreira da; MENDONÇA, Simone de Araújo Medina; ROCHA, Tatiana Madeira; JÚNIOR, Wilton Batista de Santana. *Atenção Farmacêutica Implantação Passo-a-Passo*. Belo Horizonte: Faculdade de Farmácia – UFMG. 2005.

PEREIRA, Mariana Linhares; OLIVEIRA, Djenane Ramalho de; TIRADO, Marcella Guimarães Assis. “*reDescobindo*” a *Atenção Farmacêutica*: uma visão qualitativa da implantação de um serviço de Atenção Farmacêutica em uma farmácia comunitária. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. 2006.

SANTOS, P.M.; OLIVEIRA, M.G.G.; COSTA, L.A.. *La investigación clínica com medicamentos*: uma oportunidade práctica para el farmacêutico hospitalario. *Farmacia Hospitalaria*, Madrin, v. 30, n.2, p. 124-129,2006.

SEVALHO, G. O medicamento percebido como objeto híbrido: uma visão crítica do uso racional. *In*: ACURCIO, F. A. (Org) *Medicamentos e Assistência Farmacêutica*. Belo Horizonte: Coopmed, 2003.p.1-8

WATCHER, R.M. *Compreendendo a segurança do paciente*. Artmed, 2010.

APÊNDICE A - Fichas de notificações voluntárias encaminhadas ao serviço de farmacovigilância e/ou busca ativa de suspeita de reações adversas ou desvio de qualidade dos medicamentos

Suspeita de reação adversa

A - Dados do Paciente:

Nome do Paciente: _____	Sexo: F () M ()
Data de nascimento: ___/___/_____ e/ou idade: ___	Peso: ___ Altura: ___
Número do atendimento no sistema informatizado: _____	
Em caso de gravidez, indique o tempo de gestação no momento da reação adversa: ___	

B - Descrição da reação adversa.

Se o paciente ainda não se recuperou, assinale o campo "Data do fim" com um traço.

Reação	Medicamento suspeito	Data de início da reação	Data do fim da reação	Sequelas (se houver)
Breve relato das reações, com dados laboratoriais relevantes.				

C - Doenças concomitantes:

() Hipertensão, () Diabetes, () Cardiopatia, () Nefropatia, () Hepatopatia, () Etilismo, () Tabagismo, () Não diagnosticadas, () Outras. Em caso de outras, citar: _____

Alergias ou outras reações prévias ao medicamento? () Não () Sim

D - Informações adicionais:

- 1 Óbito () Não () Sim *Causa mortis* _____
2. Necessitou de internação? () Não () Sim
3. Prolongou a internação? () Não () Sim
4. Ameaçou a vida? () Não () Sim
5. A reação desapareceu ou melhorou após a retirada ou diminuição da dose do medicamento? () Não () Sim () Não se aplica ou é desconhecido
6. O evento reapareceu após reintrodução do medicamento? () Não () Sim () Não se aplica ou é desconhecido

APÊNDICE B - Fichas para realização do Acompanhamento Farmacoterapêutico

Ficha 1: Avaliação Inicial

Ficha 1

Numero do acompanhamento: _____ Data: _____

Relato da queixa ou suspeita de reação adversa: _____

Dados do paciente
 Nome: _____
 Numero do atendimento: _____ Promotário: _____ Leitor: _____
 Data de nascimento: _____ Idade: _____ Sexo: F () M ()
 Estado civil: _____ Peso: _____ Altura: _____
 Data de admissão no P.A.: _____ Data da internação: _____

Queixa principal no momento da internação:

Hipótese diagnóstica:

Resumo da História Clínica (história progressiva + evolução após internação):

Aspectos importantes para a definição da farmacoterapia: (manifestações renal, hepática, imunossupressão, diabética, alérgica, e paciente possui suporte respiratório) e data(n)s) que(m)s foram detectados.

História medicamentosa progressiva do paciente:

Medicamento	Posologia	Início do uso	Fim do uso	Indicação segundo paciente (P), familiar (F), ou médico(M).	Observações:

Dados subjetivos do paciente (esclarecimento sobre motivo da internação, medicamentos em uso, queixas cefálicas)

Assinatura do farmacêutico:

APÊNDICE C - Ficha de orientação pós-alta

⊕ Orientação a Pacientes em Alta Hospitalar			
Nome do paciente:		Endereço:	
Telefone:		Data de nascimento:	
Centro de Saúde: ~~~~~		Data da alta:	
Motivo da internação:		Data da internação:	
Antimicrobianos a serem utilizados no momento da alta (se necessário):			
Medicamento	Posologia	Data de início	Motivo do uso
Demais medicamentos em uso:			
Medicamento	Posologia	Data de início	Motivo do uso
Dados subjetivos do paciente: (crenças em relação à doença, o paciente conhece o motivo da internação?, o paciente entende a doença e os medicamentos que utiliza?)			
Necessidades especiais (analfabetismo, deficiência física, dificuldades cognitivas, dentre outros...)			
Observações clínicas a serem consideradas:			
Orientações farmacêuticas fornecidas ao paciente:			
Assinatura do farmacêutico: _____			
Data da realização do próximo contato: _____			
Informações obtidas: Responsável pelo contato: _____			

APÊNDICE D - Ficha de solicitação de liberação do medicamento para uso domiciliar – Terapia Sequencial Oral

FUNDEP/UFMG Hospital Risoleta Tolentino Neves	SOLICITAÇÃO DE ANTIMICROBIANOS PARA TERAPIA SEQUENCIAL ORAL	Número
		Data / /

Paciente		Registro
Clínica/Serviço	Andar/ Leito	Peso

Antimicrobino em uso pelo paciente	Posologia	Medicamento a ser utilizado na alta	Posologia	Quantidade necessária para término do tratamento

Alta programada para: ___/___/___ Horário: _____




Assinatura e carimbo do solicitante: _____

Parecer do Serviço Social

Parecer da Farmácia


Assinatura do paciente/responsável: _____

APÊNDICE E - Informativos impressos para orientação pós-alta

Orientações para o uso de seus medicamentos					
Remédio	Período	Horário	Quantidade	Duração do tratamento	Observação importante
	Manhã				
	Tarde				
	Noite				

Orientações adicionais

Atenção! Este quadro vai lhe ajudar a tomar o remédio certo, na hora certa e do jeito certo! Em caso de dúvida procure o centro de saúde mais próximo de sua casa.

 <p>HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES</p> <p>Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves Farmácia Hospitalar</p> <p>Orientações ao paciente - TSO</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p>Paciente: _____</p> <p>Atendimento: _____</p> <p>Idade: _____</p> <p>Farmacêutico responsável pelo acompanhamento: _____</p> <p>Este cartão tem como objetivo auxiliar o paciente no uso de seus antimicrobianos, além de fornecer informações básicas sobre o motivo do uso desses medicamentos.</p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Medicamento</th> <th>Indicação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	Medicamento	Indicação								
	Medicamento	Indicação									
<p>Demais medicamento em uso no momento da alta</p>											

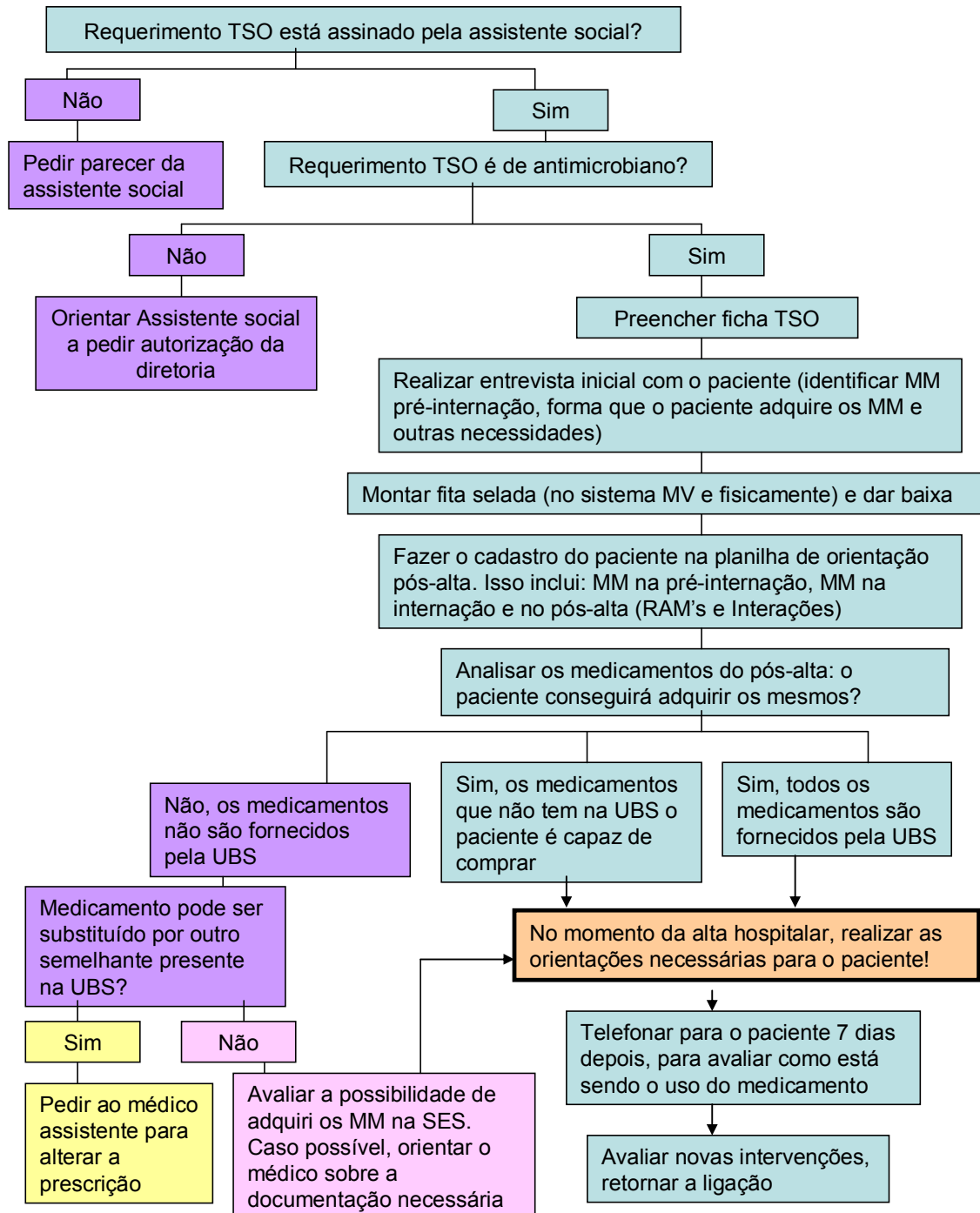
APÊNDICE F - Planilha para orientação e acompanhamento pós-alta

Medicamento prescritos na alta hospitalar																							
Problema de saúde	Fórmula farmacêutica	Concentração	Forma Farmacêutica	Posologia	Identificação do discrepâncias em relação aos medicamentos de uso contínuo no hospital (24 horas antes da alta) e /ou med. usados na pré-admissão?	Discrepância intencional ou não-intencional. Especificar intervenção com a equipe clínica.	Evolução da intervenção.	Nº total de medicamentos/dia	Nº total de comp. Amp. Frasc. etc/dia	Medicamento é fornecido pelo SUS?	Custo total da receita (R\$)	Paciente possui suporte terapêutico especial (cânula de traqueostomia, sonda enteral, etc)? Especificar	Existem interações medicamentosas consideradas? Se sim, especificar...	Principais reações adversas dos medicamentos...	Interação medicamento x trituração x alimento? (Em caso de sonda)	Interações consideradas entre medicamentos de uso oral e alimentos? Especificar.	A dose está adequada para cada problema de saúde?	Houve orientações farmacêuticas no momento da alta?	Especificar as orientações farmacêuticas.	Houve intervenções farmacêuticas junto ao corpo clínico?	Especificar	Necessário encaminhamento formal do paciente para outras estações de cuidado (Centro de Saúde, UPA, outros hospitais, etc...)?	Especificar responsável pelo encaminhamento e nome da instituição.

Contato telefônico															
Data de realização do contato telefônico.	Farmacêutico responsável pela análise farmacoterapêutica.	Farmacêutico responsável pela orientação pós-alta.	Evolução pós contato (presença de reações adversas, problemas de adesão, término de tratamento, etc...)	Necessário novas intervenções? Especificar...	Evolução da intervenção.	Contato telefônico 02 (Data e responsável)	Evolução do contato 02.	Contato telefônico 03 (Data e responsável)	Evolução do contato 03.	Contato telefônico 04 (Data e responsável)	Evolução do contato 04.	Contato telefônico 05 (Data e responsável)	Evolução do contato 05.	Contato telefônico 06 (Data e responsável)	Evolução do contato 06.

APÊNDICE G - Fluxograma para auxílio na tomada de decisão na orientação pós-alta

Fluxograma para auxílio na tomada de decisão na orientação pós alta



ANEXO A - Materiais utilizados em orientações



ANEXO B - Realização de contato por telefone

